



24 de Janeiro de 2010

CARGO Nº 28

ECONOMISTA SÊNIOR

Atuação: Assuntos Regulatórios

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 50 e 1 redação.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 4 horas e 30 minutos

----- ✂
Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.



EM BRANCO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Em se tratando de regulamentação de serviços de utilidade pública, para a produção de alguns bens, tais como saúde pública, educação e serviços de infraestrutura, poderemos encontrar soluções de país para país e ao longo do tempo, desde a produção direta do Estado, passando pela contratação governamental dos serviços de empresas privadas, até a concessão para exploração de monopólio privado. Assim:
 - A) Como infraestrutura pode-se entender apenas os serviços de transporte, conservação de parques e vias.
 - B) As empresas privadas (de uma forma geral) não estão dispostas a explorar serviços públicos frutos de concessão (mediante licitação).
 - C) A licitação não é um modo de conseguir a concessão de um serviço público.
 - D) Esta afirmação somente é verdadeira para bens produzidos que tenham expressão material.
 - E) Esta afirmação é verdadeira também para o Setor de Energia Elétrica no Brasil.
2. Tendo como base a Lei nº 8.987, pelo seu artigo 15, é adotada uma regra única de determinação das tarifas de serviços públicos, ou seja, as firmas competem através da proposição da maior tarifa oferecida, sempre levando em consideração que o vencedor deverá respeitar critérios de qualidade e de quantidade especificados. Assim:
 - A) Não é adotada uma regra única. Importante salientar que os contratos de concessão exigem que seja atribuída a menor tarifa pública.
 - B) A assertiva é verdadeira, porém, o artigo da lei é o 45.
 - C) É adotada uma regra única, porém, questões de qualidade e quantidade não são levadas em consideração para bens que não são materiais como a energia elétrica.
 - D) A tarifa será determinada obrigatoriamente pelo Órgão Concedente, ou seja, o Governo.
 - E) Ao adotar uma regra única, o Órgão Concedente deverá apresentar suas planilhas de custos, com objetivo de balizar o melhor preço da tarifa a ser cobrado.
3. O sistema de concessões monopolistas pode ser associado à falha de mercado, que pode ser identificada como monopólio natural. Nessa

modalidade, serviços de telefonia e de energia elétrica estão compreendidos.

Com base nessa informação analise as assertivas abaixo:

- I. A forma tradicional de regulamentar o funcionamento de monopólios naturais é limitar a entrada de concorrentes.
 - II. Monopólios naturais são definidos em função da tecnologia disponível, e é possível que mudanças tecnológicas alterem as condições de competição.
 - III. Uma livre entrada de competidores neste mercado dará origem a investimentos muito elevados, os quais poderão onerar os consumidores ou desestruturar a oferta dos serviços.
 - A) Somente as afirmações I e II estão corretas.
 - B) As afirmações I, II e III estão corretas.
 - C) Somente as afirmações II e III estão corretas.
 - D) Nenhuma das afirmações é correta.
 - E) Somente as afirmações I e III estão corretas.
4. Supondo o preço do bem no eixo vertical e a quantidade ofertada no eixo horizontal, podemos afirmar que, *coeteris paribus*:
 - A) A curva de oferta desloca-se para direita quando o preço do bem aumenta.
 - B) A curva de oferta desloca-se para a direita quando aumentam os custos de produção.
 - C) A curva da oferta desloca-se para esquerda quando o preço do bem cai.
 - D) Não podemos concluir nada do enunciado acima.
 - E) Um deslocamento positivo da oferta aumenta quantidade diminuindo preço do bem, *coeteris paribus*.
 5. Dadas as funções oferta e demanda de um determinado bem 01, $D_1 = 20 - 0,2 p_1 - p_2 + 0,1 R$ $S_1 = 0,8 p_1$ e a renda do consumidor $R = 1.000$, o preço do bem $2p_2 = 20$, assinale a alternativa **INCORRETA**:
 - A) O bem 2 é um bem normal.
 - B) O preço de equilíbrio do bem 1 é 100.
 - C) A quantidade de equilíbrio do bem 1 é 80.
 - D) Os bens 1 e 2 são complementares.
 - E) O bem 1 não é um bem inferior.
 6. Um aumento do poder aquisitivo, determinado pelo crescimento da renda disponível da coletividade, poderá provocar a expansão da procura de um determinado produto. Evidentemente, o preço de equilíbrio:



- A) Cairá do ponto inicial para uma posição mais baixa, se a oferta do produto permanecer alterada.
- B) Permanecerá inalterado, pois as variações de quantidades procuradas se realizam ao longo da curva inicialmente definida.
- C) Se deslocará da posição de equilíbrio inicial para um nível mais alto, se não houver possibilidade da expansão da oferta do produto.
- D) Permanecerá inalterado, pois as variações de quantidades ofertadas se realizam ao longo da curva inicialmente definida.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.
7. Após aprovação da Lei nº 8.987, o Regime Tarifário pelo Preço foi modificado, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro das Empresas Concessionárias de Energia Elétrica. Assim:
- I. As tarifas de energia elétrica refletem particularidades de cada região, como tamanho do mercado e custo da energia comprada etc.
- II. Geração da energia elétrica possui custos diferentes, mas sempre será cobrada por um mesmo valor pelo concessionário, independente da região, pois essa é uma função social de Governo.
- III. É vedado, dentro de um Estado (Unidade da Federação), a existência de tarifas diferentes de energia elétrica.
- A) Somente a afirmativa II está correta.
- B) Somente a afirmativa I está correta.
- C) Somente a afirmativa III está correta.
- D) As três afirmativas estão corretas.
- E) A terceira afirmativa somente será verdadeira se a ANEEL autorizar as tarifas diferenciadas.
8. De um ponto de vista microeconômico, a precificação da tarifa da energia elétrica:
- A) É composta pelos custos envolvidos na geração da Energia Elétrica, pelo transporte da energia até o consumidor final, além de encargos e dos tributos.
- B) É composta pelos custos envolvidos na geração da energia elétrica, pelo transporte da energia até o consumidor final, dos encargos e dos tributos, além dos lucros envolvidos na atividade (lucro do concessionário).
- C) É composta pelos custos envolvidos na geração da energia elétrica, pelo transporte da energia até o consumidor final, pelos tributos, além dos lucros envolvidos na atividade (lucro do concessionário).
- D) É composta pelos custos envolvidos na geração da energia elétrica, pelo transporte da energia até o consumidor final, dos encargos e dos tributos, além dos lucros envolvidos na atividade (lucro do concessionário), bem como pela variação entre os valores do custo da energia comprada.
- E) A precificação é dada somente pelos custos envolvidos na geração da energia elétrica e pelo transporte da energia até o consumidor final.
9. O(s) principal(is) objetivo(s) da lei nº 10.848, criada em 2004, é (são):
- I. Garantir transparência no custo da compra de energia, a competição e melhores preços, através de Leilões Públicos.
- II. Aprovar regras e procedimentos de comercialização de energia elétrica, contratada de formas regulada e livre.
- III. As concessionárias e autorizadas de geração poderão, mediante autorização e regulamentação do Poder Concedente, realizar operações de compra e venda de energia elétrica para entrega futura (nesse caso, fala-se de energia sob demanda).
- A) As afirmativas I e III estão corretas.
- B) As afirmativas II e III estão corretas.
- C) Somente a afirmativa III está correta.
- D) As três alternativas são verdadeiras.
- E) Somente a afirmativa I está correta.
10. Assinale os fatores mais importantes que podem afetar as quantidades demandadas:
- A) Preço do bem; preço dos bens substitutos e complementares; renda; preferência do consumidor.
- B) Preço e durabilidade do bem.
- C) Preço do bem; renda do consumidor; custos de produção dos bens substitutos.
- D) Renda do consumidor; efeito substituição; efeito renda.
- E) Efeito renda; preço dos bens complementares; preferência dos consumidores.



11. Com base no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, analise as assertivas, no que se refere à finalidade de comercialização de energia elétrica:

- I. Ambiente de Contratação Regulada - ACR - é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- II. Ambiente de Contratação Livre - ACL - é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.
- III. Agente vendedor é o titular de concessão, permissão ou autorização do poder concedente para gerar, importar ou comercializar energia elétrica.
- IV. Agente de distribuição é o titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada.
- V. Agente autoprodutor é o titular de concessão, permissão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo.

- A) III e IV estão incorretas.
- B) I e V estão incorretas.
- C) II e IV estão incorretas.
- D) III e V estão incorretas.
- E) I e II estão incorretas.

12. Diante do exposto na norma legal acima citada, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, assinale a **INCORRETA**:

- A) O Ministério de Minas e Energia, para a realização dos pregões de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos, definirá a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os pregões.
- B) Na definição do montante de energia elétrica e da relação de empreendimentos, a EPE submeterá ao Ministério de Minas e Energia estudo que considerará a otimização técnico-econômica do parque hidrotérmico do SIN, bem como do sistema de transmissão associado.
- C) No caso de empreendimentos hidrelétricos, a EPE poderá propor ao Ministério de Minas e Energia

percentual mínimo de energia elétrica a ser destinado à contratação no ACR.

- D) A EPE habilitará tecnicamente e cadastrará os empreendimentos de geração que poderão participar dos leilões de novos empreendimentos, os quais deverão estar registrados na ANEEL.
- E) No cumprimento da obrigação de contratação para o atendimento à totalidade do mercado dos agentes de distribuição, será contabilizada a energia elétrica proveniente da Itaipu Binacional.

13. Sobre a comercialização de energia elétrica no ambiente da contratação livre, marque a **INCORRETA**:

- A) Os consumidores ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, quando adquirirem energia na forma prevista no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, serão incluídos no ACL.
- B) As relações comerciais entre os agentes no ACL serão vinculadas ao regime jurídico e regidas por contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica, em que estarão estabelecidos, entre outros, prazos e valores.
- C) Os consumidores potencialmente livres que tenham contratos com prazo indeterminado só poderão adquirir energia elétrica de outro fornecedor com previsão de entrega a partir do ano subsequente ao da declaração formal dessa opção ao seu agente de distribuição.
- D) Os consumidores livres deverão formalizar junto ao agente de distribuição local, com antecedência mínima de cinco anos, a decisão de retornar à condição de consumidor atendido mediante tarifa e condições reguladas. E esse prazo poderá ser reduzido a critério do respectivo agente de distribuição.
- E) No ACL, a comercialização de energia elétrica pelos agentes vendedores, sob controle federal, estadual e municipal, poderá ser realizada por leilões exclusivos para consumidores finais ou por estes promovidos.



14. Acerca da comercialização de energia, no que se refere à outorga das concessões, assinale a **CORRETA**:

- A) Em se tratando de exportação de energia elétrica, as concessões deverão incluir, quando necessário, a implantação dos sistemas de transmissão associados e prever o livre acesso a esses sistemas, nos limites da sua disponibilidade técnica, mediante pagamento de subsídios, a ser aprovado pela ANEEL.
- B) O Ministério de Minas e Energia poderá autorizar a implantação de novos empreendimentos de geração termelétrica quando comprovada a disponibilidade dos combustíveis necessários à sua operação ou quando comprovada a necessidade. E essa concessão poderá ser condicionada à possibilidade de o empreendimento de geração termelétrica operar utilizando combustível substituto.
- C) **Atendidas as disposições legais, aos vencedores das licitações que oferecerem energia proveniente de novos empreendimentos de geração, conforme definido em edital, serão outorgadas concessões, sempre a título oneroso, para geração de energia elétrica sob regime de serviço público.**
- D) O Ministério de Minas e Energia poderá celebrar, na outorga de concessões, os respectivos contratos de autorização de geração de serviço público ou de uso de bem público, na modalidade dominicais, com os vencedores dos leilões.
- E) No período de até três meses anterior ao término da concessão de empreendimento existente de geração termoelétrica, a ANEEL realizará licitação para outorga de nova concessão e celebração de novo contrato de concessão e respectivos CCEAR.

15. Nos termos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que se refere ao regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, assinale a **INCORRETA**:

- A) **É instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.**
- B) A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- C) O Diretor-Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de quatro anos.
- D) Também está impedido de exercer cargo de direção da ANEEL membro do conselho ou diretoria de associação regional ou nacional, de categoria profissional de empregados desses agentes, bem como de conjunto ou classe de consumidores de energia.

- E) A administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias após a nomeação do Diretor-Geral, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhada para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional.

16. Constituem receitas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) **EXCETO**:

- A) Recursos oriundos da cobrança da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica.
- B) **Valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis da União.**
- C) Rendimentos de operações financeiras que realizar.
- D) Recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais.
- E) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados.

17. De acordo com a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, analise as assertivas e responda:

- I. As licitações para exploração de potenciais hidráulicos serão processadas nas modalidades de tomada de preço ou de pregão, e as concessões serão outorgadas a título oneroso.
- II. No caso de concessão ou autorização para produção independente de energia elétrica o contrato ou ato autorizativo definirá as condições em que o produtor independente poderá realizar a comercialização de energia elétrica produzida e da que vier a adquirir, observado o limite de potência autorizada, para atender aos contratos celebrados, inclusive na hipótese de interrupção da geração de sua usina em virtude de determinação dos órgãos responsáveis pela operação otimizada do sistema elétrico.
- III. Independe de autorização da ANEEL a compra e venda de energia elétrica por agente comercializador.
- IV. Os contratos de concessão de serviço público de energia elétrica e de uso de bem público conterão cláusula de prorrogação da concessão, enquanto os serviços estiverem sendo prestados nas condições estabelecidas no contrato e na legislação do setor, caso atendam aos interesses dos consumidores e enquanto o concessionário os requeira.
- V. A realização de estudos de viabilidade, anteprojetos ou projetos de aproveitamentos de potenciais hidráulicos deverá ser informada à ANEEL para fins de registro, gerando direito de preferência para a obtenção de concessão para serviço público ou uso de bem público.



- A) I, II e III estão incorretas.
- B) II, IV e V estão incorretas.
- C) Somente a III e IV estão incorretas.
- D) Somente a I e V estão incorretas.
- E) I, III e V estão incorretas.

18.A ANEEL estabelece Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST) e são seus agentes subordinados, **EXCETO**:

- A) Concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de geração distribuída e de distribuição de energia elétrica, ou seja, as distribuidoras.
- B) Consumidores de energia elétrica conectados ao sistema de distribuição, em qualquer classe de tensão (BT, MT e AT), inclusive consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito.
- C) Cooperativas de eletrificação rural.
- D) Importador e exportador de energia elétrica conectados ao sistema de distribuição.
- E) Autarquias, em regime especial, prestadoras de serviço público e conectadas ao sistema de distribuição.

19.Os Procedimentos de Distribuição são documentos elaborados pela ANEEL, com a participação dos agentes de distribuição e de outras entidades e associações do setor elétrico nacional, que normatizam e padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica.

Desse modo, os principais objetivos do PRODIST são, **EXCETO**:

- A) Garantir que os sistemas de distribuição operem com publicidade, visando à comercialização de energia.
- B) Propiciar o acesso aos sistemas de distribuição, assegurando tratamento não discriminatório entre agentes.
- C) Disciplinar os procedimentos técnicos para as atividades relacionadas ao planejamento da expansão, à operação dos sistemas de distribuição, à medição e à qualidade da energia elétrica.
- D) Estabelecer requisitos para os intercâmbios de informações entre os agentes setoriais.
- E) Assegurar o fluxo de informações adequadas à ANEEL.

20. O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes básicas definidas no documento Proposta do Modelo Institucional do Setor Elétrico, que estabelece:

- I. A prevalência do conceito de serviço público para a regulação e a fiscalização de energia elétrica aos consumidores não livres.
- II. A modicidade tarifária.
- III. A restauração do planejamento na expansão do sistema.
- IV. A transparência no processo de licitação, permitindo a contestação pública, por técnica e preço, das obras licitadas para o atendimento da demanda por energia elétrica.
- V. A expansão de riscos sistêmicos no abastecimento.
- VI. A operação descentralizada do sistema hidrotérmico brasileiro.
- VII. O processo de licitação da concessão do serviço público de geração, priorizando a menor tarifa pela energia gerada.
- VIII. A universalização do acesso e do uso dos serviços.

- A) III, V e VII estão incorretas.
- B) IV, V e VI estão corretas.
- C) II, VI e VIII estão corretas.
- D) I, V e VI estão incorretas.
- E) II, III e VIII estão incorretas.

21. Nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a comercialização da energia elétrica, entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como entre estes e seus consumidores, no Sistema Interligado Nacional (SIN), dar-se-á mediante contratação regulada ou livre, que deverá dispor sobre:

- A) Tratamento especial para os serviços ancilares de energia hidrelétrica e para as restrições de concessão.
- B) Mecanismo de realocação de energia para expansão do risco hidrológico.
- C) Contratação, sem vinculação a limites, das instalações de geração ou a importação de energia elétrica, mediante critérios de garantia de suprimento.
- D) Critérios específicos de garantia de suprimento de energia elétrica que assegurem o equilíbrio adequado entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços, a serem propostos pelo PRODIST.
- E) Regras e procedimentos de comercialização, inclusive as relativas ao intercâmbio internacional de energia elétrica.

22. Diante o exposto na Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, assinale a **CORRETA**:



- A) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada a lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana.
- B) As concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água não poderão ser contratadas, prorrogadas ou outorgadas.
- C) As concessões de geração de energia elétrica anteriores a 11 de dezembro de 2003 terão o prazo necessário à amortização dos investimentos limitado a quinze anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, não podendo ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, observadas as condições estabelecidas nos contratos.
- D) O prazo das concessões e permissões será de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por dez anos.
- E) As concessões de fiscalização e de distribuição de energia elétrica terão o prazo necessário à amortização dos investimentos limitado a dez anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.
23. Com base na Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, sobre a prorrogação das concessões atuais, assinale a **CORRETA**:
- A) A União poderá, visando a garantir a qualidade do atendimento aos consumidores a custos adequados, prorrogar, pelo prazo de até vinte anos, as concessões de geração de energia elétrica, desde que requerida a prorrogação, pelo concessionário, permissionário ou titular de manifesto ou de declaração de usina termelétrica.
- B) Os pedidos de prorrogação deverão ser apresentados, em até três meses, contados da data da expiração do prazo.
- C) Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for superior a dez anos, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em até um ano do advento do termo final respectivo.
- D) As concessões e autorizações de geração de energia elétrica, inclusive aquelas cujos empreendimentos não tenham sido iniciados até a edição da lei supracitada, não poderão ser prorrogadas pelo prazo necessário à amortização do investimento, limitando-se a trinta e cinco anos.
- E) É vedado ao concessionário incluir no plano de conclusão das obras, no intuito de viabilizá-la, proposta de sua associação com terceiros na modalidade de consórcio empresarial do qual seja a empresa líder, mantida ou não a finalidade prevista originalmente para a energia produzida.
24. Tendo como referência a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a **CORRETA**:
- A) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder contratante, mediante contrato administrativo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- B) Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública diz respeito à construção, total ou parcial, à conservação, à reforma, à ampliação ou a melhoramento de quaisquer obras de interesse público ou privado, delegados pelo poder concedente.
- C) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder contratante, somente à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- D) Autorização de serviço público é a delegação, a título gratuito ou oneroso, da prestação de serviço, feita por licitação, na modalidade concorrência.
- E) Poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontra o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.
25. Sobre a política tarifária, é **INCORRETO** afirmar:
- A) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, não sendo necessárias as regras de revisão previstas na lei supracitada, no edital e no contrato.
- B) A tarifa não será subordinada à legislação específica citada e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- C) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- D) Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicarão a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.
- E) As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.



26. Segundo a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no que concerne a licitação, é **INCORRETO** afirmar:

- A) No julgamento da licitação será considerado como critério o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado.
- B) Toda permissão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, irretroatividade, publicidade, anterioridade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.
- C) O poder concedente recusará propostas manifestamente inexecutáveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.
- D) Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.
- E) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada.

27. No que concerne à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, incumbe ao poder concedente, **EXCETO**:

- A) Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
- B) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- C) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.
- D) Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.
- E) Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.

28. Nos termos da Resolução nº456, de 29 de novembro de 2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, sobre o ponto de entrada, marque a **INCORRETA**:

- A) Em área servida por rede marítima, havendo interesse do consumidor em ser atendido por ramal subterrâneo, o ponto de entrega situar-se-á na conexão desse ramal com a rede aérea.
- B) O ponto de entrega de energia elétrica deverá situar-se no limite da via pública com o imóvel em que se localizar a unidade consumidora.
- C) Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localizar a unidade consumidora, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.
- D) Havendo conveniência técnica e observados os padrões da concessionária, o ponto de entrega

poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade consumidora.

- E) Em se tratando de fornecimento destinado a sistema de iluminação pública, o ponto de entrega será, alternativamente, a conexão da rede de distribuição da concessionária com as instalações elétricas de iluminação pública, quando essas pertencerem ao Poder Público.

29. De acordo com a Resolução nº456, de 29 de novembro de 2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, em relação à sazonalidade, assinale a **CORRETA**:

- A) Na falta de dados para a análise da relação, a sazonalidade poderá ser reconhecida definitivamente, mediante acordo formal, até que se disponha de valores referentes a um período de 15 (quinze) ciclos consecutivos de faturamento, após o que, não atendidas as condições para o reconhecimento da sazonalidade, o consumidor deverá efetuar o pagamento da diferença das demandas de potência ativa devidas.

B) A sazonalidade será reconhecida pela concessionária, para fins de faturamento, mediante solicitação do consumidor e se constatada a ocorrência de alguns requisitos, como a energia elétrica se destinar a atividade que utilize matéria-prima advinda diretamente da agricultura, pecuária, pesca, ou, ainda, para fins de extração de sal ou de calcário, este destinado à agricultura.

C) A cada 20 (vinte) ciclos aleatórios de faturamento, a partir do mês em que for reconhecida a sazonalidade, a concessionária deverá verificar se permanecem as condições requeridas para essa sazonalidade, devendo, em caso contrário, não mais considerar a unidade consumidora como sazonal.

D) Poderão decorrer, no mínimo, outros 24 (vinte e quatro) ciclos consecutivos de faturamento entre a suspensão e a nova análise quanto a um novo reconhecimento de sazonalidade.

E) Quando for verificado, nos 12 (doze) ciclos completos de faturamento anteriores ao da análise, valor igual ou superior a 10% (dez por cento) para a relação entre a soma dos 5 (cinco) menores e a soma dos 4 (quatro) maiores consumos de energia elétrica ativa.

30. Conforme a Resolução nº456, de 29 de novembro de 2000, a concessionária poderá suspender o fornecimento, de imediato, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações, **EXCETO**:



- A) Utilização de procedimentos irregulares.
B) Revenda ou fornecimento de energia elétrica a terceiros sem a devida autorização federal.
C) Ligação clandestina ou religação à revelia.
D) Deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade consumidora que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens, inclusive ao funcionamento do sistema elétrico da concessionária.
E) Atraso no pagamento da fatura relativa à prestação do serviço público de energia elétrica.
31. No atual modelo do Setor Elétrico Brasileiro, cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):
- I. Outorgar concessões de serviços e instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal.
II. Aprovar estudos e projetos e determinar o aproveitamento ótimo e as atividades de hidrologia relativas aos aproveitamentos de energia hidrelétrica promovendo seu gerenciamento nos termos da legislação vigente.
III. Executar as atividades relacionadas ao processo de controle e fiscalização das concessões, permissões e autorizações de serviços e instalações de transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
IV. Regulamentar e acompanhar a implementação dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Setor Elétrico e de eficiência energética.
- A) Os enunciados I e II são verdadeiros.
B) Os enunciados II, III e IV são verdadeiros.
C) Os enunciados I e III são verdadeiros.
D) Os enunciados II e III são verdadeiros.
E) Todos os enunciados são verdadeiros.
32. A reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) implantada a partir de 2004 partiu de uma série de diretrizes básicas. Assinale abaixo a alternativa que identifica corretamente algumas de tais diretrizes:
- A) Modicidade tarifária, competição na geração, manutenção das figuras dos Produtores Independentes de Energia e dos Consumidores Livres, universalização do acesso e do uso dos serviços de eletricidade.
B) Tarificação pelo custo do serviço, geração regulada, manutenção das figuras dos Produtores Independentes de Energia e dos Consumidores Livres, universalização do acesso e do uso dos serviços de eletricidade.
C) Modicidade tarifária, competição na geração, extinção das figuras dos Produtores Independentes de Energia e dos Consumidores Livres, universalização do acesso e do uso dos serviços de eletricidade.
D) Modicidade tarifária, competição na geração, manutenção das figuras dos Produtores Independentes de Energia e dos Consumidores Livres, operação do sistema elétrico regionalizada e descentralizada.
E) Modicidade tarifária, competição na geração, manutenção das figuras dos Produtores Independentes de Energia e dos Consumidores Livres, consumidores livres têm privilégio de acesso e uso dos serviços de eletricidade.
33. Em relação às atividades de transmissão e de distribuição de energia elétrica no Brasil, pode-se dizer que:
- A) Tanto a distribuição quanto a transmissão atuam em um regime de livre mercado, no qual os agentes são livres para negociar os preços e prazos de seus serviços.
B) A distribuição atua em um regime de livre mercado, mas a transmissão é entendida como um monopólio natural.
C) A transmissão atua em um regime de livre mercado, mas a distribuição é entendida como um monopólio natural.
D) Uma mesma empresa não pode deter simultaneamente ativos de transmissão e de distribuição.
E) Tanto a distribuição quanto a transmissão são entendidas como monopólios naturais e têm suas tarifas reguladas e fiscalizadas pela ANEEL.
34. Sobre o “Fator X”, utilizado pela ANEEL no cálculo da revisão tarifária de distribuidoras de energia elétrica, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) O Fator X é um redutor tarifário que permite que os consumidores se apropriem de parte dos ganhos de produtividade obtidos pela distribuidora que os atende.
B) O Fator X é utilizado quando se deseja que as empresas sejam reguladas pelo regime de tarifas pelo custo (“rate-of-return regulation”).
C) O principal objetivo do Fator X é possibilitar que consumidores livres e cativos sejam atendidos de forma isonômica pela distribuidora.
D) O Fator X é calculado por meio de um incremento nas tarifas da distribuidora, que passa a contar com maiores recursos financeiros.
E) O Fator X incide somente sobre a Parcela A da revisão tarifária (custos não gerenciáveis).



35. O sistema tarifário adotado no Setor Elétrico Brasileiro até 1993 era o da tarifa pelo custo, no qual existia uma única tarifa de energia elétrica para todo o país e o lucro das distribuidoras era fixado entre 10% e 12%, a critério do Governo Federal, incidente sobre o Investimento Remunerável. Em relação a tal sistema, analise os seguintes enunciados:

- I. O sistema de tarifa única era mais eficiente, pois permitia uma melhor distribuição de custos entre os consumidores de energia dos diversos estados brasileiros.
- II. O sistema de tarifação pelo custo e o lucro máximo permitido resultaram na ineficiência das distribuidoras de energia, pois essas, sabendo que seus custos seriam necessariamente cobertos, podiam não se sentir estimuladas a investir em aumentos de produtividade.
- III. O lucro percentual máximo permitido deixava as distribuidoras sujeitas ao “efeito Averch-Johnson”, ou seja, as empresas eram estimuladas a sobreinvestir, pois a sobreutilização do capital proporcionava uma remuneração superior à depreciação deste capital.

- A) Apenas o enunciado I é verdadeiro.
- B) Os enunciados I e II são verdadeiros.
- C) Os enunciados I e III são verdadeiros.
- D) Os enunciados II e III são verdadeiros.**
- E) Todos os enunciados são verdadeiros.

36. Sobre os encargos setoriais incidentes sobre as tarifas de energia elétrica no Brasil, é correto dizer que:

- I. O Encargo do Serviço do Sistema (ESS), que se destinava a cobrir os custos dos serviços da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), foi cobrado durante a crise energética de 2001-2002 e extinto após isso.
- II. O Encargo de Capacidade Emergencial (ECE) destinava-se a cobrir os custos decorrentes das usinas termelétricas emergenciais, contratadas em decorrência da crise energética iniciada em 2001, e no momento encontra-se extinto.
- III. A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) destina-se a cobrir os custos decorrentes da geração termelétrica no sistema interligado e dos sistemas isolados.

- A) Apenas o enunciado I é verdadeiro.
- B) Os enunciados II e III são verdadeiros.**
- C) Os enunciados I e II são verdadeiros.
- D) Os enunciados I e III são verdadeiros.
- E) Todos os enunciados são verdadeiros.

37. Analise os seguintes enunciados sobre a Reserva Global de Reversão (RGR):

- I. A finalidade da RGR é unicamente prover os recursos necessários para a reversão ou encampação dos serviços de energia elétrica após o término de suas concessões.
- II. Os recursos oriundos da RGR podem ser utilizados em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, em projetos de conservação de energia e eficiência energética e outros.
- III. A principal finalidade da RGR é prover recursos para reverter os prejuízos e danos causados nas instalações e equipamentos dos consumidores de energia quando da ocorrência de interrupções intempestivas do fornecimento de energia elétrica.

- A) Apenas o enunciado I é verdadeiro.
- B) Apenas o enunciado III é verdadeiro.
- C) Apenas o enunciado II é verdadeiro.**
- D) Os enunciados II e III são verdadeiros.
- E) Os enunciados I e II são verdadeiros.

38. Em relação aos leilões de energia realizados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pode-se dizer:

- I. As distribuidoras devem usar esses leilões para garantir o atendimento da totalidade de seus mercados cativos de energia, complementando as parcelas já obrigatoriamente contratadas de Itaipu e do Proinfa, conforme cada caso, ou possivelmente contratadas a partir de fontes de geração distribuída (por meio de chamada pública).
- II. As distribuidoras podem optar por adquirir até 10% de suas necessidades energéticas no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- III. As geradoras de energia, sob controle público ou privado, são obrigadas a vender suas produções energéticas nos leilões do ACR.

- A) Apenas o enunciado I é verdadeiro.**
- B) Apenas o enunciado III é verdadeiro.
- C) Os enunciados I e III são verdadeiros.
- D) Os enunciados II e III são verdadeiros.
- E) Todos os enunciados são verdadeiros.

39. A reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), conduzida a partir de 2004, criou novos agentes setoriais e redefiniu os papéis dos agentes existentes. Assinale a alternativa abaixo que relaciona corretamente alguns dos principais agentes do SEB:



- A) Ministério de Minas e Energia (MME), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Comitê de Monitoramento do Suprimento de Energia Elétrica (CMSEE).
- B) Ministério de Minas e Energia (MME), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).**
- C) Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mercado Atacadista de Energia (MAE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- D) Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- E) Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

40. Os agentes comercializadores de energia elétrica, geralmente denominados “comercializadoras”, surgiram no bojo da reforma do Setor Elétrico Brasileiro, ocorrida a partir da década de 90, vindo a ser regulamentados pela Resolução ANEEL n° 265, de 13 de agosto de 1998. Analise os seguintes enunciados relacionados às comercializadoras de energia elétrica:

- I. As comercializadoras podem atuar tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) quanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).
- II. Quando atuam no ACL, as comercializadoras podem negociar bilateralmente vários dos itens de seus contratos de fornecimento, tais como preços, prazos e condições de fornecimento.
- III. Da mesma forma que ocorre com geradores, distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, as comercializadoras dependem de concessão do Ministério de Minas e Energia (MME) para exercerem suas atividades.

- A) Apenas o enunciado I é verdadeiro.
- B) Os enunciados I e III são verdadeiros.
- C) Os enunciados II e III são verdadeiros.
- D) Os enunciados I e II são verdadeiros.**
- E) Todos os enunciados são verdadeiros.

INGLÊS TÉCNICO

Answer questions 41 and 42 based on the text below.

EMERGING MARKETS

by **Ralph D Christy** (*Cornell University, USA*)

In the last few decades, the forces giving rise to global markets have reached unprecedented heights. This important book explores the new role that markets are playing in developing countries, from the strategic perspective of a firm and from a public policy perspective. Most of the important works on marketing in developing countries were written before the globalization era. As such, many of the important questions that this book seeks to answer about the appropriateness of market-led development have not been posed: What are the distributional implications of markets? With privatization, who is responsible for managing the consequences of market failure? Can we rely on corporate social responsibility? Beyond creating an enabling environment, what is the appropriate role for the state in dealing with the negative consequences of markets (i.e. social dislocation, marginalization of the poor, and environmental deterioration)? Can new institutions be designed to help manage those negative consequences?

The book makes use of economic theory to inform public policy and private strategies that deal with the many issues surrounding markets in developing countries. It also provides frameworks for examining the effectiveness of marketing strategies for entering emerging markets, and for identifying the challenges and opportunities for firms in developing countries to access matured markets in industrial nations.

Fonte: <http://www.worldscibooks.com/> December, 2009

41. According to the book review many questions about the appropriateness of market-led development had not been dealt with. Why does the author think so? Choose the correct alternative.

- A) Because the most important works on the field were written before the globalization era.**
- B) Because of the forces giving rise to global markets.
- C) Because of the new roles markets are playing on developing countries.
- D) Because no other author was qualified to do it.
- E) Because of lack of time and perspective.



42. How does the author make use of economic theory in the book?

- A) In order to inform private policy and public strategies that deal with the many issues surrounding markets in first world countries.
- B) In order to inform public policy and private strategies that deal with the many issues surrounding markets in developing countries.**
- C) In order to identify the challenges and opportunities for firms in first world countries.
- D) In order to provide frameworks for examining the failures of marketing strategies for entering emerging markets.
- E) In order to provide new information on strategies and challenges of starting new businesses in developed countries.

Read the text below and answer questions 43, 44 and 45.

Dubai's stock market has fallen for the second consecutive day on continuing fears about leading companies' ability to repay debts.

The main Dubai Financial Market index fell 6.1%, after closing down almost 6% on Monday.

Two weeks ago, Dubai World asked for a six-month delay on debt repayments. Credit agencies have since downgraded many leading Dubai companies.

On Tuesday, credit agency Moody's downgraded six state-owned companies.

Last week, Standard & Poor's cut the ratings of four Dubai-based banks, having previously downgraded six companies to junk status. Junk is the term commonly used to describe bonds that are rated below investment grade by ratings agencies.

The Dubai index has now fallen by more than 20% since Dubai World's debt extension request.

Tuesday's plunge was led by real estate developer Emaar Projects, which fell by 9.8%.

Dubai World has some valuable assets, notably its ports business, which includes operations based at London's Tilbury Docks and France's Le Havre.

Other items in its wide-ranging investment portfolio include the luxury retailer Barney's of New York, a list of high-end US hotels, and the Canadian acrobatic circus franchise, Cirque du Soleil.

Fonte: <http://news.bbc.co.uk/> December, 2009.

43. Based on the text, why has Dubai's stock market fallen for the second consecutive day?

- A) Due to concerns about whether Dubai's main companies will be able to repay debts.**
- B) Due to fears about whether Dubai's main companies will be able to renew their stock.
- C) Due to concerns about whether Dubai will invest on companies' abilities or not.

- D) Due to concerns about whether Dubai's main companies will receive their debts or not.
- E) Due to fears based on rumors that are not related to debts.

44. According to the text, what is the percentage of fall of The Dubai index since its World's debt extension request?

- A) 6.1%
- B) 6%
- C) 9.8%
- D) 12.1%
- E) More than 20%**

45. According to the text which of the valuable assets below belong to Dubai World?

- I. Standard & Poor's.
 - II. London's Tilbury Docks.
 - III. France's Le Havre.
 - IV. Barney's of New York.
 - V. Canadian acrobatic circus franchise, Cirque du Soleil.
- A) II, III, IV and V.
 - B) II, III and V.
 - C) IV and V.**
 - D) I, II and III.
 - E) All of them, except I.

Read the text below and answer questions 46, 47 and 48.

BRACE YOURSELF FOR THE REAL-TIME WEB

London, England (CNN) -- Real-time is a top 10 Web trend for 2010, I proposed in this column last week. Now the stage is set: Google this week launched real-time search, bringing live updates from Twitter, Facebook, MySpace and more into a scrolling pane in your Google search results.

How will the real-time trend evolve in 2010? Rapidly, no doubt. Why will it sweep the Web? Because it fuels our insatiable info-addiction.

What's driving this real-time trend anyway? In large part, lowered barriers to content creation: Posting a 140-character update to Twitter is so effortless that Web users are becoming conditioned to create.

They've learned to expect a response, too: The immediate feedback provided by Facebook comments and Twitter replies is an incentive to make continued contributions.

But the real answer may be in our heads. These technologies are literally addictive, says psychologist



Susan Weinschenk, fueling a "dopamine-induced loop" of seeking behavior and instantaneous reward. A vast array of Web sites and applications will try to capitalize on the real-time Web in 2010, serving our need to be engaged in the moment. Serving, perhaps, but never quite satisfying.

"Do you ever feel like you are addicted to email or Twitter or texting," Weinschenk asks.

Of course you are. We all are ... and soon we'll be addicted to a whole lot more.

Fonte: <http://www.cnn.com/2009/>

46. According to the author, why will real-time web evolve in 2010?

- A) Because it meets our info-addiction needs.
- B) Because it brings live updates from Twitter and Facebook.
- C) because people are tired of the web search tools available nowadays.
- D) Because it brings live updates from My Space and more.
- E) Because the author proposed it in his column last week.

47. Based on the text, what are the reasons pushing forward real-time web? Select the statements that are true.

- I. Less limits to content creation.
- II. The delays in feedback.
- III. Technologies are addictive.
- IV. People seek behavior and instantaneous rewards.

- A) I and IV are true.
- B) III and IV are true.
- C) II and IV are true.
- D) I, III and IV are true.
- E) All alternatives are true.

48. Does the author think real-time web will serve people's needs?

- A) He thinks it will serve people's needs but not quite satisfy.
- B) He thinks people Will be absolutely fulfilled by real-time web.
- C) He thinks people's addictions will come to an end.
- D) He thinks people's addictions will be met and satisfied.
- E) He thinks people's heads will be turned by real-time web forever.

Read the text and answer questions 49 and 50.

RIP MICROSOFT ENCARTA

Microsoft will stop making MSN Encarta encyclopaedia websites and software after being forced out of the market by Wikipedia.

According to a message posted on the Encarta website, the sites will be discontinued on 31st October, although the Japanese version will run till the end of December. Software programmes Microsoft Student and Encarta Premium will stop production by June. Those with premium services as of 30th April will receive a refund for services paid beyond that date and will have access to premium services until October.

The posting reads: "Encarta has been a popular product around the world for many years. However, the category of traditional encyclopedia and reference material has changed. People today seek and consume information in considerably different ways than in years past."

It appears that the free online encyclopaedia has forced Encarta and just about every other online encyclopaedia off the market. According to Hitwise, an internet tracker website, Wikipedia accounts for 97% of all online encyclopaedia visits in the United States. Encarta is second, but only forms 1.27% of the market. Third is Encyclopedia.com, with 0.76%.

Although the services will be stopped, the company believes that the assets gained from Encarta may be used in developing "future technology solutions."

Other Microsoft software being stopped include OneCare, a consumer antivirus product; Equipt, a subscription security software package; and its Flight Simulator software.

Fonte: <http://www.qi.com/> Mar 31st, 2009.

49. Based on the message Microsoft posted on the Encarta website, why does it state it will discontinue the software?

- A) Because the number of people visiting Encarta's website is only 1.27%.
- B) Because Wikipedia bought 97% of Encarta's shares in the United States.
- C) Because Encarta will be used in the development of future technology solutions.
- D) Because Microsoft will not accept being second in the ranking of the North American market.
- E) Because people's search and consumption for information has changed and this forced the traditional encyclopedia to change as well.



50. According to the text which Microsoft softwares have stopped being made? Choose the best alternative.

- I. OneCare and Encyclopedia.com
- II. Microsoft Student and Encarta Premium
- III. Microsoft's Flight Simulator software
- IV. Eiqupt and Wikipedia

- A) I and IV.
- B) I and II.
- C) II and IV.
- D) II and III.**
- E) III and IV.



REDAÇÃO

Leia, a seguir, o ponto de vista de Antonio Delfim Netto sobre o Brasil, principalmente em relação ao potencial energético e alimentar:

SOLIDARIEDADE

Se há um país responsável pela preservação de condições básicas de alguma vida saudável em nosso planeta este país é o Brasil. Não obstante, continuamos a ser o alvo preferencial de críticas de um grande número de organismos supranacionais exatamente quanto aos métodos que utilizamos na exploração dos recursos naturais. Uma das mais recentes, totalmente precipitada e sem nenhuma demonstração empírica, foi a de que "a expansão do plantio de cana é responsável pelo desmatamento do cerrado brasileiro".

Trata-se de rematada tolice, pois é sabido que a cana-de-açúcar se expande em áreas do cerrado que já eram exploradas por outras atividades, como a pecuária. O Brasil construiu a matriz energética mais limpa do planeta Terra e hoje utiliza 40% de energia renovável. Os demais países usam 10% razoavelmente limpos, e 90% sujam. Continuamos investindo na ampliação da oferta da hidroenergia e somos dos mais eficientes do mundo na substituição por energia que gera menos emissões de CO₂ e, portanto, produz menor efeito sobre o aquecimento global.

Nem por isso deixamos de expandir a produção de alimentos, que está ajudando a aliviar a fome no mundo e garante a autonomia alimentar de nosso povo. Nos últimos cinco anos, aumentamos o volume físico das exportações de milho (180%), soja (70%), carne bovina (300%), carne de frango (200%) e produtos suínos (300%). E a produção de açúcar aumentou, ao mesmo tempo em que crescia a oferta do etanol.

O Brasil tem grande disponibilidade de terra, de mão-de-obra que se aperfeiçoa visivelmente e de tecnologia desenvolvida principalmente nos últimos 30 anos, desde a criação da Embrapa. Desenvolvida em nosso solo, com base nas condições do cerrado brasileiro, essa tecnologia dominou a agricultura tropical. O cerrado, que era "uma coisa inservível", transformou-se, por obra e graça das pesquisas da Embrapa, no maior ativo brasileiro e num grande acervo da humanidade.

Não avançamos muito apenas no uso da tecnologia para a solução dos nossos problemas vitais de energia e de alimentação. O Brasil vai além quando coloca à disposição de países mais pobres, na África e na Ásia, os resultados das pesquisas que possibilitaram a produção econômica de alimentos nas terras antes inóspitas dos cerrados. E, ainda, a tecnologia de desenvolvimento do etanol. Sem cobrança de royalties. É uma ação solidária importante, que nos diferencia do resto do mundo, onde nações desenvolvidas cobram fortunas para ceder um frasco de remédio que poderia evitar a mortandade pelo HIV nos países pobres.

Folha de S. Paulo – Opinião – 07 out. 2009.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Escreva-lhe uma **carta**, entre 15 e 20 linhas, concordando (total ou parcialmente) com o ponto de vista dele, ou discordando.

Se posicionar-se favoravelmente às ideias de Delfim Netto, você deve apresentar novos argumentos e não apenas repetir os dele. Se discordar, apresente contra-argumentos que sustentem a sua tese. (Sua carta NÃO deve ser assinada.)

SOBRE A REDAÇÃO

1. Estructure o texto da sua redação com um **mínimo de 15** e um **máximo de 20 linhas**.
2. Faça o rascunho no espaço reservado.
3. Transcreva o texto do rascunho para a FOLHA DE REDAÇÃO que lhe foi entregue em separado.
4. Não há necessidade de colocar título.
5. Não coloque o seu nome, nem a sua assinatura na FOLHA DE REDAÇÃO, nem faça marcas nela. A FOLHA DE REDAÇÃO já se encontra devidamente identificada.



EM BRANCO



EM BRANCO



EM BRANCO